

DÉCIO LUIZ JOSÉ RODRIGUES

*Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Turma de 1988;
DESEMBARGADOR do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;*

JUIZ DE DIREITO desde 1989;

Experiência ministrando aulas (MAIS DE TRINTA ANOS DE EXPERIÊNCIA);

PROFESSOR da Egrégia Escola Paulista da Magistratura

PROFESSOR de curso preparatório de ingresso às carreiras jurídicas (Magistratura, Ministério Público e Procuradoria do Estado) e para ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS,
REGISTRO DE CANDIDATOS,
INELEGIBILIDADES E
FIDELIDADE PARTIDÁRIA**

2020



IMPERIUM
EDITORA E DISTRIBUIDORA

SUMÁRIO

Prestação de contas e gastos eleitorais.....	17
A partir de que momento há necessidade de preenchimento de requisitos, e quais são, para a fiscalização dos gastos do candidato?.....	17
Como são confeccionados e distribuídos e o que contém no bojo deles?.....	18
Como se dá o controle, pelo egrégio TSE, dos recibos eleitorais?.....	19
Há limite de gastos?.....	20
O que deve ocorrer para que haja alteração dos limites de gastos?.....	20
Quais as consequências na hipótese de gastos além dos limites permitidos?	20
Como se operam a constituição, a composição e o registro dos comitês financeiros e quais suas atribuições?	21
Como se dá a arrecadação de recursos de campanha, quais são suas origens e fontes e quais seus limites?	22
Existem sanções aos infratores que extrapolarem os limites de doação? ..	25
Existem prazos para começo e fim de utilização dos recursos?.....	26
Quais são os gastos eleitorais, quais são suas peculiaridades, quais são permitidos e proibidos numa campanha eleitoral?	27
Como é feita a fiscalização dos gastos eleitorais e por quem?	29

Quem são os obrigados a prestar contas e quais os requisitos e documentos necessários para a prestação de contas?	29
Qual o procedimento específico das prestações de contas eleitorais? ..	35
Quais as consequências da não prestação de contas e da desaprovação das mesmas?	37
Reforma eleitoral na lei 9.504/97	38
Lei permanente das eleições – pela lei 12034/09	38
Nome de coligação	38
Partido político coligado	38
Anulação de deliberação nas convenções partidárias	38
Candidaturas de homens e de mulheres.....	39
Pedido de registro de prefeito, governador e de presidente da república ...	39
Quando o partido ou a coligação não pedem o registro de seus candidatos	39
Acesso aos documentos apresentados pelos candidatos quando do pedido de registro	39
Certidão de quitação eleitoral.....	39
Relação de devedores de multa eleitoral	40
Substituição do candidato inelegível, renunciante ou que faleceu após o prazo para registro ou com registro indeferido ou cancelado.....	40
Prazo dentro do qual tem que ter havido o julgamento dos pedidos de registro, inclusive dos recursos e em todas as instâncias e com publicação das decisões e com prioridade total nos julgamentos, sob pena de representação ao CNJ (conselho nacional de justiça) ...	40
Candidato com registro “ <i>sub judice</i> ”	40
Arrecadação e despesas eleitorais dos comitês financeiros e dos candidatos	41
Conta corrente bancária do comitê financeiro ou do candidato para a campanha eleitoral	41
CNPJ dos candidatos e do comitê financeiro.....	41
Doação de campanha	41
Internet	41

Doação de pessoa física, estimável em dinheiro e relativa à utilização de bens móveis ou imóveis do doador	41
Doação proibida	41
Doação de cooperativa.....	42
Sanção pelo descumprimento das normas de arrecadação e de aplicação de recursos	42
Débito de campanha não pago até a prestação de contas	42
Contas de campanha	42
Publicação, em sessão, das contas dos candidatos	42
Erros formais ou materiais na prestação de contas	43
Recursos da decisão de prestação de contas.....	43
Prazo para representação de coligação ou de partido político quanto à investigação (AIJE – ação de investigação judicial eleitoral – artigo 22 da lei complementar 64/90) sobre descumprimento das normas de arrecadação e de gastos de recursos em campanha eleitoral	43
Sobras de recursos financeiros de campanha eleitoral.....	43
Reforma eleitoral na Lei 9.096/95 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos ...	43
Responsabilidade do órgão partidário respectivo	44
Informações sobre filiados do partido político	44
Despesas de órgãos partidários.....	44
Cancelamento do registro e do estatuto do partido político	44
Sanção de suspensão do repasse de novas quotas do fundo partidário por desaprovação das contas do partido político	45
Recurso de decisão que desaprova as contas dos órgãos partidários	45
Aplicação dos recursos financeiros em ano eleitoral	45
Recursos do fundo partidário aplicados no pagamento de pessoal	45
Outras aplicações dos recursos do fundo partidário	45
Propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.....	46
Propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão feita de forma irregular.....	46

Representação na hipótese de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão feita de forma irregular	46
Reforma eleitoral no código eleitoral (Lei 4.737/65).....	46
Alteração da própria lei da reforma eleitoral (Lei 12.034/09)	47
Escolha e registro de candidatos, condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade	52
Quais são os trâmites para se chegar à escolha do candidato perante o partido político? Como ocorrem as convenções partidárias e as coligações para a disputa do pleito?	52
Quais são e como se operam as condições de elegibilidade do candidato ao cargo eletivo?.....	56
Registro de candidato: prazo, requisitos, documentos necessários, deferimento, cancelamento, substituições, procedimento e consequências.....	58
Procedimento nas impugnações ao pedido de registro de candidato	63
Registro de candidatos.....	65
Lei da “Ficha limpa” (lei complementar 135/2010) – modificações ...	72
Aspectos sobre a própria representação/processo que visa à inelegibilidade	74
Minirreforma eleitoral (lei n.º 12.891, de 11.12.2013, antecedida pelas modificações da lei 12.875/2013).....	79
Vetos ao projeto por contrariar o interesse público	79
Exposição de motivos da lei	80
Hipóteses de cabimento do recurso contra expedição de diploma - RCED ..	80
Hipótese de cancelamento de filiação a partido político (artigo 22 da lei orgânica dos partidos políticos)	81
Convenções partidárias e publicação da ata da convenção	82
Substituição de candidatos às eleições majoritárias e proporcionais	82
Enquetes	83
Gastos de campanha: limitação dos valores quanto à alimentação de pessoal e ao aluguel de veículos	83
Gastos de campanha: contratação de pessoal (artigo 100-A da Lei 9.504/97).....	83

Propaganda eleitoral nas vias públicas.....	84
Propaganda eleitoral mediante adesivos	84
Propaganda eleitoral em veículos, particulares e públicos, e em táxis e ônibus.....	84
Propaganda eleitoral envolvendo a circulação de carros de som e minitrios	85
Propaganda eleitoral: comício e utilização de aparelhagem de som.....	86
Propaganda eleitoral sob inserções	86
Ofensas pela internet	86
Manifestação nas redes sociais (inciso v do art. 36-A da lei das eleições).....	87
Parcelamento de multa eleitoral	87
Prestação de contas	87
Propaganda eleitoral gratuita: distribuição do tempo de rádio e televisão (alteração pela lei n.º 12.875, de 30.10.2013).....	88
Fidelidade partidária.....	96
Legitimidade e competência.....	97
Procedimento	98
Consequências do julgamento e recursos cabíveis.....	100
Aplicação e vigência da resolução 22610/07	101
Reforma eleitoral 2015 (lei 13165, de 29 de setembro de 2015).....	103
Alterações no código eleitoral (lei 4.737/65) que já passam a valer a partir das eleições de 2016.....	103
Impedimento de tirar passaporte.....	104
Quórum composto pela totalidade dos juizes dos tribunais regionais eleitorais	104
Prazo de entrada em cartório ou na secretaria do tribunal do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo.....	104
Data para julgamento do pedido de registro do candidato.....	105
Data das convenções partidárias	105
Quociente eleitoral e quociente partidário – novo cálculo dos eleitos no pleito proporcional	105

Quando serão realizadas novas eleições majoritárias no caso de nulidade das já realizadas.....	106
Voto em trânsito.....	107
Recurso recebido no efeito suspensivo.....	108
Prazo de filiação partidária deferida, registro de partido político e de domicílio eleitoral.....	109
Data para escolha dos candidatos pelos partidos para disputarem as eleições e para deliberação sobre coligações.....	109
Número de interessados às vagas de candidatos às eleições.....	109
Data para pedido de registro dos candidatos.....	109
Prazo para que os tribunais regionais eleitorais enviem ao tribunal superior eleitora a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais.....	110
Proibição de doação e de contribuição eleitoral por pessoa jurídica partidos políticos e a campanhas eleitorais.....	110
Destino dos recursos recebidos por candidato ou por partido político e com origem em fontes vedadas ou de origem não identificada.....	118
Limite de doação eleitoral: quem apura e quando.....	118
Publicidade da decisão da justiça eleitoral sobre a regularidade das contas de campanha eleitoral.....	119
Gastos de campanha eleitoral.....	119
Limites dos gastos eleitorais para os cargos do poder executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito).....	120
Sanção na hipótese de desrespeito a essas regras de limite de gastos....	120
Limites dos gastos eleitorais para os cargos legislativos (senador, deputado federal, deputado estadual ou distrital e vereador).....	120
Atualização monetária desses valores e publicidade dos limites de gastos.....	121
Criação de novos partidos políticos.....	121
Prestação de contas anuais dos partidos políticos e a de campanhas eleitorais.....	125
Desaprovação das contas e não apresentação das contas pelo partido político – consequências.....	125

Formas de doações aos partidos políticos em recursos financeiros	126
Aplicação e destinação do fundo partidário a favor da participação política das mulheres	126
Minirreforma Eleitoral de 2017, que inclui uma emenda constitucional e duas leis ordinárias	127
Cláusula de barreira (ou de desempenho)	128
Início de vigência da cláusula de barreira e sua transição	130
Tempo de existência do partido político para concorrer às eleições	133
Tempo de domicílio eleitoral no local em que queira concorrer às eleições	133
Multas eleitorais	133
Candidaturas avulsas proibidas	134
Criação do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) previsto dos artigos 16-c e 16d – lei 9504/97	134
Limites de gastos com campanhas	137
“Vaquinha” (Crowdfunding financiamento coletivo) na internet para arrecadar valores para a campanha eleitoral	139
Recursos para a campanha eleitoral arrecadados pela venda de bens, serviços e/ou eventos pagos realizados pelo candidato ou pelo partido político	140
Doações de valores para campanhas eleitorais	141
Limites das doações e multa por excesso	141
Gastos eleitorais desconsiderados para fins de prestação de contas	142
Campanha eleitoral paga na internet por meio de “impulsioneamento de conteúdos” (posts pagos que somente podem ser contratados pelo candidato, partido ou coligação e que aparecerão em destaque nas redes sociais e/ou mecanismo de busca na internet e com propaganda do candidato) e que é considerada gasto eleitoral	142
Propaganda eleitoral em bens públicos e particulares e por meio de bandeiras nas ruas e avenidas e adesivos plástico sem automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda a 0,5 m ² (meio metro quadrado)	145
Propaganda por meio de carros de som e minitrios	146

Debates: convite para participação em debates no Rádio e na TV	147
Tempo de propaganda eleitoral gratuita no segundo turno e das inserções diárias.....	147
Propaganda institucional pelo tribunal superior eleitoral incentivando a participação dos jovens e negros na política.....	148
Recebimento de auxílio financeiro	148
Fundações ou institutos de direito privado para estudo, pesquisa, doutrinação e educação política criados por partidos políticos	149
Propaganda partidária gratuita no rádio e na tv passa a não mais existir ...	150
Sobras (vagas não preenchidas) com a aplicação dos quocientes partidários	150
Crime eleitoral novo: apropriação indébita de recursos ou valores eleitorais	151
REFORMA ELEITORAL DE 2019/2020	151
Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019 e com a promulgação das partes vetadas aos 13 de dezembro de 2019	151
Alterações/Inovações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995	152
1 – Registro de partido político	152
2 – Registro de atas e demais documentos	152
3 – Filiação partidária	152
4 – Informação sobre os filiados.....	152
5 – Mudança de partido político	153
6 – Balanço contábil do exercício findo	153
7 – Prestação de contas do partido político	153
8 – Desaprovação das contas e sanção amenizada.....	154
9 – Gastos com passagens aéreas	154
10 - Doação de recursos financeiros.....	154
11 – Fundo Partidário	155
12–Vigência da reforma quanto aos processos de prestação de contas e de criação dos órgãos partidários em andamento.....	157

LEI PERMANENTE DAS ELEIÇÕES – Lei 9.504, de 30/09/1997	158
1 – Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	158
2 – Renúncia ao FEFC	158
3-Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e cláusula de barreira	158
4 – Despesas contabilizadas.....	159
5 – Despesas não contabilizadas.....	160
6 – Registros dos valores oriundos de doações.....	160
7 – Aplicação das normas desta Reforma Eleitoral aos processos de prestação de contas dos partidos.....	161
ALTERAÇÃO DO CÓDIGO ELEITORAL - Lei nº 4.737, de 15/07/65	161
1 – Recurso contra expedição de diploma	161
2 - Inelegibilidade superveniente.....	161
3 – Prazo para interposição do recurso contra expedição de diploma e suspensão do seu prazo	162
MODELOS DE PETIÇÕES	163
O modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Candidatura) pode ser usado pelo promotor de Justiça Eleitoral, advogado do partido, candidato ou coligação	165
Modelo preclusão – Perdeu prazo de interposição. Parecer para o promotor de Justiça e que pode ser usado como memoriais para o Advogado do candidato, partido ou coligação	172
Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Candidatura). Tema: Contas rejeitadas do presidente da câmara de vereadores.....	175
AIRC: prestação de contas públicas desaprovada em face de irregularidades insanáveis, as quais configuram ato doloso de improbidade administrativa. Contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores	179

Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Can--didatura). Tema: inelegibilidade por parentesco	188
Parecer- Modelo de parecer em análise de RRC (Requerimento de Registro de Candidatura)	198
Parecer- Modelo de RRC em substituição de candidato.....	206
Parecer – Impugnação AIRC – Contas	209
Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Can--didatura). Tema: Ausência de quitação eleitoral	215
Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Can--didatura). Tema: Desincompatibilização	219
Parecer em DRAP (Demonstrativo de Regularidade de Atos Parti--dários) - Procedência.....	224
Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Can--didatura). Tema: Intempestividade da prestação de contas	226
Modelo de inicial de Airc (Ação de Impugnação de Registro de Can--didatura). Tema: Contas rejeitadas	231
Parecer AIRC. Requerer seja concedido prazo e 72h para regularização.....	238
AIRC – Parecer comprovar a desincompatibilização, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.....	242
AIRC - Contestação.....	250
Parecer de inclusão na relação especial de filiação partidária	257
Modelo de parecer em AIRC tema: Impugnado não instruiu o Re--querimento de Registro de sua Candidatura com documentos que comprovassem seu grau de instrução.....	259
AIRC para corrigir o nome de candidato associado a órgão público.....	262
AIRC: Ausência de certidão de quitação eleitoral, contas não prestadas....	267